



180
e

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ED na Ap Nº: 0280251-5

EMBARGANTE: Hilda de Siqueira Campos

EMBARGADO: Estado de Pernambuco e Outro

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. PRETENSÃO DE REEXAME DA CAUSA. ACLARATÓRIOS IMPROVIDOS. 1. Trata-se de Embargos de Declaração interpostos em face de acórdão que negou provimento à apelação cível interposta pela embargante, mantendo, via de consequência, a sentença de primeiro grau que julgara improcedente o pedido de pagamento dos seus proventos com base nos valores integrais do subsídio de magistrado de 2ª entrância. 2. Conforme se depreende da leitura do acórdão embargado, e bem assim do respectivo voto condutor (que integra o acórdão), o *decisum* em tela é claro e suficiente por seus próprios termos, tendo decidido a questão em conformidade com a legislação que entendeu aplicável à matéria. 3. Como é cediço, fixada fundamentação suficiente à conclusão adotada no acórdão, desnecessário examinar, cada um de per si, dispositivos legais e argumentos que a parte entende aplicáveis à espécie. 4. Em verdade, *"o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio"* (STJ, AI 169.073/SP-AgRg, Rel. Min. José Delgado, DJU 17.8.98). 5. De todo modo, registre-se, por oportuno, que este órgão colegiado enfrentou a tese do direito adquirido invocada pela recorrente, assentando que com as contribuições previdenciárias recolhidas na forma do art. 8º da Lei nº 10.648/91, a embargante tinha mera *expectativa de direito*, que não se convolou em direito, ante a superveniência da Lei Federal nº 8.935/94, que revogou o regramento estadual anos antes dela implementar as condições para aposentação. 6. Verifica-se, em verdade, que as razões recursais denotam o inconformismo da embargante com a decisão recorrida, corporificando pretensão de reexame da causa, propósito a que não se presta a via aclaratória. 7. Aclaratórios improvidos, à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 0280251-5, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em conhecer dos aclaratórios, porém negar-lhes provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 23 de julho de 2014 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

181
e

ED na Ap Nº: 0280251-5
EMBARGANTE: Hilda de Siqueira Campos
EMBARGADO: Estado de Pernambuco e Outro
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO E VOTO

Trata-se de **Embargos de Declaração**, para fins de prequestionamento, interpostos por Hilda de Siqueira Campos em face de acórdão que **negou provimento à apelação cível** por ela interposta, mantendo, via de consequência, a sentença de primeiro grau que julgara improcedente o pedido de pagamento dos seus proventos com base nos valores integrais do subsídio de magistrado de 2ª entrância.

Aduziu a embargante, em suas razões recursais, que é tabeliã aposentada e efetuou as últimas 36 (trinta e seis) contribuições previdenciárias sobre a base de cálculo equivalente ao percentual máximo da remuneração atribuída aos magistrados de 2ª entrância, de modo a fazer jus ao recebimento da aposentadoria no mesmo valor pago aos juízes.

Averba a existência de omissão no acórdão embargado, com relação ao art. 8º da Lei nº 10.648/91, art. 6º, parágrafo único da LINDB e o art. 5º, XXXVI da Constituição Federal de 1988.

É o essencial a relatar.

O acórdão embargado restou assim ementado, *in verbis*:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. PREVIDENCIÁRIO. TABELIÃ/OFICIALA DE REGISTRO DE IMÓVEIS. REGIME DE CONTRIBUIÇÃO. LEI ESTADUAL Nº 10.648/1991. REVOGAÇÃO OPERADA PELA SUPERVENIENTE LEI FEDERAL Nº 8.935/1994. INEXISTÊNCIA, NO CASO, DE DIREITO ADQUIRIDO. MERA EXPECTATIVA DE DIREITO. APELO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. A parte autora/apelante – na condição de Tabeliã do 1º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Sertânia, aposentada compulsoriamente em 14.05.1999, com efeitos retroativos a 18.04.1997 – sustenta, em suma, que teria direito à percepção dos seus proventos de aposentadoria no valor equivalente a 100% do subsídio de Juiz de Direito de 2ª Entrância, por haver utilizado como base de cálculo para as suas contribuições previdenciárias (pagas sob a alíquota fixa de 8%) o montante equivalente aos 100% em comento, nos termos do art. 8º, § 1º, da Lei Estadual nº 10.648/1991. 2. Ocorre que o regime previdenciário defendido pela autora/recorrente teve duração efêmera, em virtude da revogação imposta pela Lei Federal nº 8.935/94, que incluiu no regime geral da previdência social os titulares de cartório, resguardando apenas o direito adquirido daqueles que implementaram as condições de aposentadoria até a data da sua publicação. 3. Com efeito, o ato de aposentação da autora apenas sobreveio anos mais tarde, em 14/05/1999, com efeitos a contar de 18/04/1997. 4. De outra parte, tem-se que a ADIN nº 1.551/PE - que tinha suspenso a eficácia do regime previdenciário invocado, no ano de 1998, por reputar ilegítima a vinculação, para efeito de aposentadoria, entre a base de cálculo para a contribuição previdenciária e a remuneração do juiz da respectiva entrância -, foi julgada prejudicada (em 1º/09/2005), por perda de objeto, ante o reconhecimento da revogação operada pela Lei Federal nº 8.935 (Lei dos Cartórios), de 18/11/1994. 5. No ponto, convém atentar para a circunstância de que o parágrafo único do art. 40 da Lei Federal nº 8.935 (Lei





182
e

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

dos Cartórios) assegurou “aos notários, oficiais de registro, escreventes e auxiliares os direitos e vantagens previdenciários adquiridos até a data da publicação desta lei”. 6. Todavia, *in casu*, não há que se cogitar em direito adquirido, visto que com as contribuições previdenciárias recolhidas na forma em discussão, a apelante tinha apenas mera *expectativa de direito*, que não se convolou em direito, ante a superveniência da Lei Federal nº 8.935/94, que revogou o regramento estadual anos antes de a autora implementar as condições para aposentação. 7. Apelo improvido, à unanimidade.

Conforme se depreende da leitura do acórdão embargado, e bem assim do respectivo voto condutor (que integra o acórdão), o *decisum* em tela é claro e suficiente por seus próprios termos, tendo decidido a questão em conformidade com a legislação que entendeu aplicável à matéria.

Como é cediço, fixada fundamentação suficiente à conclusão adotada no acórdão, desnecessário examinar, cada um de per si, dispositivos legais e argumentos que a parte entende aplicáveis à espécie.

Em verdade, “o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio” (STJ, AI 169.073/SP-AgRg, Rel. Min. José Delgado, DJU 17.8.98).

De todo modo, registre-se, por oportuno, que este órgão colegiado enfrentou a tese do direito adquirido invocada pela embargante, assentando que com as contribuições previdenciárias recolhidas na forma do art. 8º da Lei nº 10.648/91, a embargante tinha mera *expectativa de direito*, que não se convolou em direito, ante a superveniência da Lei Federal nº 8.935/94, que revogou o regramento estadual **anos antes dela implementar as condições para aposentação.**

Verifica-se, em verdade, que as razões recursais denotam o inconformismo da embargante com a decisão recorrida, corporificando **pretensão de reexame da causa**, propósito a que não se presta a via aclaratória.

Com esses fundamentos, conheço dos presentes embargos, porém **nego-lhes provimento.**

Recife, 13 de julho de 2014..


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator